

PENSANDO A FEMINILIDADE NORMATIVA COMO PROJETO PEDAGÓGICO DA DITADURA MILITAR: AS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE MULHERES DO CAMPO A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Dantiely Martins Ferreira¹
Raquel Pereira Gonçalves²

RESUMO: A partir da pedagogização cultural dos corpos, pensaremos sobre as memórias de infância de mulheres, que, durante a ditadura militar (1964-1986), foram marcadas por violências de múltiplos vetores: do totalitarismo de Estado, de gênero, sexualidade, raça, classe e de territorialidade, e são, ainda, nos dias atuais, pouco conhecidas e têm tímida visibilidade. Dessa forma, para além de ressaltar essas memórias que, por ora, estão esquecidas, o objetivo dessa pesquisa é trazer para o campo da educação e da psicologia reflexões políticas e epistemológicas, por meio das narrativas, como a cisheteronormatividade, feminilidade normativa atravessaram e atravessam, até hoje, as memórias de infância de mulheres que viveram na ditadura, a partir do contexto histórico e sócio-político, o cotidiano em que esses corpos estavam inseridos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de mestrado de cunho qualitativo e, como abordagem metodológica e analítica, fundamenta-se na perspectiva das memórias, ancorada em Benjamin (1985), que se afasta da presentificação, ou seja, da repetição de um passado perene no presente (Gagnebin, 2014). A pesquisa conta, também, com os aportes da análise de discurso de Michel Foucault (1996), que permitem compreender os atravessamentos das relações e dos dispositivos de poder nas produções discursivas. Outro importante viés teórico metodológico é a interseccionalidade e decolonialidade por oferecer subsídios para a análise de diferentes marcadores sociais, como classe social, gênero, sexualidade, raça/etnia e território, na produção de sentidos que configuram as experiências narradas nas memórias da ditadura militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Educação, Interseccionalidade, Memórias de Infância.

INTRODUÇÃO

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1986) deixou marcas profundas na sociedade, afetando não apenas o cenário político e econômico, mas também as vidas de indivíduos em seus cotidianos. Entre os grupos mais afetados por esse regime de repressão, encontram-se as mulheres, cujas vivências foram atravessadas por múltiplas formas de violência e controle. As memórias de infância dessas mulheres, marcadas

¹ Psicóloga e Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - MT, dantiely.martins@aluno.ufr.edu.br;

² Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis- MT, raquel.salgado@ufr.edu.br.

pela intersecção de gênero, sexualidade, raça, classe e territorialidade, permanecem, até hoje, pouco exploradas e invisibilizadas, revelando um apagamento deliberado de experiências que desafiavam as normativas impostas pelo regime.

O presente estudo tem como objetivo resgatar essas memórias, promovendo uma análise crítica das formas como a pedagogização dos corpos femininos durante a ditadura operou e como essas normas continuam a repercutir nas vidas dessas mulheres. A pedagogização dos corpos, um conceito elaborado por Guacira Lopes Louro (1997), refere-se ao processo de disciplinamento e normatização dos corpos através de práticas educativas e institucionais que naturalizam papéis de gênero e sexualidade. Ao aplicar essa perspectiva às narrativas de mulheres que viveram sua infância sob o regime militar, buscamos entender como a cisheteronormatividade e a feminilidade normativa foram impostas, e de que maneira essas normas ainda moldam as memórias e subjetividades dessas mulheres.

Adicionalmente, a pesquisa visa inserir essas reflexões no campo da educação e da psicologia, fundamentando-se em teorias críticas e epistemologias feministas, decoloniais e interseccionais. Ao trazer autores como Guacira Lopes Louro, Judith Butler e Flávia Biroli para o debate, pretendemos ampliar o escopo teórico e metodológico da pesquisa, compreendendo como os dispositivos de poder operaram e continuam operando nas práticas educativas e discursivas que regulam corpos, memórias e subjetividades.

2. Metodologia

Este estudo qualitativo utiliza a metodologia de análise de narrativas para analisar as memórias de mulheres que vivenciaram sua infância durante a ditadura militar. As participantes são mulheres do campo de uma comunidade rural chamada Corguinho, em Juscimeira - Mato Grosso, que foram entrevistadas em profundidade, com foco nas experiências relacionadas ao controle de seus corpos e à imposição de normas de gênero e sexualidade. Essas narrativas são analisadas à luz de teorias feministas, críticas e decoloniais, com ênfase nas intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade.

A pesquisa está fundamentada em três abordagens metodológicas: Memória como resistência e crítica: Inspirada em Walter Benjamin (1985), a memória é concebida como um processo de resistência, que permite a resignificação de um passado silenciado. Ao resgatar as memórias dessas mulheres, buscamos não apenas

documentar suas experiências, mas também utilizá-las como ferramentas de análise crítica dos dispositivos de poder que operaram no passado e ainda se perpetuam no presente. Análise discursiva foucaultiana: A análise do discurso, conforme proposta por Michel Foucault (1996), é utilizada para compreender como as narrativas dessas mulheres foram moldadas por dispositivos de poder que disciplinavam seus corpos e comportamentos. Essa abordagem permite identificar os mecanismos pelos quais as normas de gênero e sexualidade foram impostas durante a ditadura, e como essas normas foram internalizadas ou resistidas pelas mulheres.

Interseccionalidade e decolonialidade: As perspectivas teóricas da interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e da decolonialidade (Lugones, 2014) são aplicadas para analisar como diferentes marcadores sociais – gênero, raça, classe e território – interagiram nas experiências dessas mulheres, moldando suas memórias e subjetividades. Essa abordagem é essencial para compreender a multiplicidade de opressões que configuraram a vivência das mulheres durante a ditadura militar e como essas opressões se entrelaçam até os dias atuais. Desse modo, estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com essas quatro mulheres citadas acima, com idades entre 50 a 70 anos que sempre viveram no campo.

3. Referencial Teórico

3.1 A Pedagogização dos Corpos e Gênero

Ao desenvolver o conceito de *pedagogização dos corpos*, Guacira Lopes Louro (1997) descreve-o como práticas educativas e discursos sociais que atuam no disciplinamento dos corpos femininos, reforçando normas de gênero e sexualidade. Durante a ditadura militar, essa pedagogização foi intensificada pelo controle estatal, que utilizava a educação, a família e outras instituições para normatizar os comportamentos femininos e assegurar a conformidade com a cisheteronormatividade. As memórias das mulheres revelam como seus corpos eram disciplinados desde a infância, com normas rígidas de comportamento, vestimenta e sexualidade que reforçavam uma feminilidade submissa e heteronormativa.

Judith Butler (2018), ao discutir o conceito de enquadramento de gênero, oferece uma importante contribuição para entender como essas normas de gênero operam como dispositivos de poder. Butler argumenta que o gênero é performativo e que as identidades de gênero são moldadas por normas sociais que enquadram as

possibilidades de ação e existência dos indivíduos. Durante a ditadura, as mulheres foram sujeitas a um enquadramento de gênero que reforçava a feminilidade normativa, limitando suas expressões e experiências. As narrativas dessas mulheres mostram como suas identidades de gênero foram construídas em resposta a essas normas, mas também como elas resistiram e subverteram essas imposições.

3.2 Família, Gênero e Poder: O Familismo na Ditadura

Flávia Biroli (2014) explora o conceito de familismo, que naturaliza a centralidade da família nuclear e hierárquica como estrutura social, onde as mulheres são designadas à esfera doméstica e ao papel de cuidadoras. Durante a ditadura militar, o familismo foi utilizado como ferramenta de controle social, reforçando a ideia de que as mulheres deveriam ser responsáveis pela manutenção dos valores morais e patriarcais no espaço privado. O Estado utilizava discursos moralizadores para disciplinar o corpo feminino, garantindo que ele estivesse subordinado à ordem familiar e estatal. As memórias de infância das mulheres que viveram esse período revelam como a instituição familiar, em muitos casos, atuou como um espaço de repressão e controle, onde as normas de gênero e sexualidade eram reforçadas. No entanto, essas memórias também apontam para espaços de resistência, onde as mulheres negociavam essas normas e criavam formas alternativas de existência e identidade.

No campo da educação, a perspectiva crítica de Paulo Freire (1987) oferece uma contraposição às práticas pedagógicas autoritárias que dominaram o período da ditadura. Enquanto o regime militar utilizava a educação como um mecanismo de controle ideológico, Freire propunha uma pedagogia libertadora, baseada no diálogo, na consciência crítica e na autonomia dos sujeitos. A pedagogia freireana é especialmente relevante para a análise das memórias dessas mulheres, pois permite refletir sobre como a educação formal e informal foi utilizada para disciplinar seus corpos e subjetividades, mas também como a educação pode ser um espaço de resistência e transformação.

Freire argumenta que a educação deve ser um processo de emancipação, que permita aos indivíduos questionarem as estruturas de poder que os oprimem. No caso das mulheres durante a ditadura, suas memórias revelam como as práticas educativas impostas pelo regime militar visavam moldar suas identidades de gênero e sexualidade, mas também como elas desenvolveram formas de resistência a esses dispositivos, seja através de suas interações cotidianas ou de suas reflexões críticas.

4. Resultados e Discussão

As narrativas recebidas demonstram que as mulheres vivenciaram uma pedagogização de seus corpos desde a infância, sendo submetidas a normas rígidas de gênero e sexualidade que visavam controlar suas identidades e comportamentos. Muitas relataram como o ambiente familiar e escolar (quando acessado) atuou como um espaço de repressão, onde a feminilidade normativa e a heteronormatividade eram impostas como padrões inquestionáveis. Essa pedagogização dos corpos femininos, descrita por Louro (2018), foi intensificada durante a ditadura militar, que utilizava a escola e a família como instituições de reforço à disciplina e controle sobre os corpos das mulheres. No entanto, as memórias revelam que, mesmo nesses contextos opressores, as mulheres encontraram formas de resistir e subverter as normas impostas, criando espaços de autonomia e agenciamento.

Ao analisar essas experiências, a perspectiva de Judith Butler sobre o enquadramento de gênero nos ajuda a compreender como essas normas de gênero e sexualidade foram internalizadas, limitando as expressões individuais e coletivas dessas mulheres. Butler (2018) destaca que o gênero é performativo, ou seja, construído através da repetição de normas sociais que naturalizam identidades e comportamentos. Essa repetição forçada de uma feminilidade normativa e heteronormativa contribuiu para o disciplinamento dos corpos femininos, mantendo-as dentro de limites socialmente aceitáveis. Contudo, as narrativas também revelam momentos de resistência, nos quais as mulheres desafiaram as normas de gênero, expressando identidades e desejos que escapam aos padrões impostos.

Dessa forma, as mulheres que subverteram as normas de gênero e sexualidade estavam, de acordo com Preciado, não apenas desafiando o controle exercido por instituições tradicionais, mas também contestando as tecnologias biopolíticas que moldam suas subjetividades. Como ele coloca, "o gênero é uma prótese, uma tecnologia política do corpo" (Preciado, 2018). Assim, a resistência dessas mulheres deve ser lida como uma recusa ativa a essas normatizações que buscam controlar seus corpos e desejos de forma molecular. Suas ações criam brechas nas tecnologias de controle ao performarem outras formas de existência.

A interseccionalidade, como abordagem teórica e metodologia, complementa essa análise ao demonstrar como os processos de disciplinamento de gênero e sexualidade estão entrelaçados com marcadores sociais de raça e classe. Mulheres

racializadas e de classes mais baixas enfrentaram formas de controle mais intensas e invisíveis, muitas vezes sendo submetidas a uma vigilância ainda mais rigorosa. A teoria de Preciado permite compreender esse controle a partir de uma lógica biopolítica que afeta esses corpos de maneira diferenciada, segundo as hierarquias sociais.

Uma discussão central acerca da feminilidade normativa de gênero envolve a análise de como essa norma é imposta e vivida de forma diferenciada por mulheres de contextos rurais e do interior. Nessas regiões, as expectativas de gênero e sexualidade frequentemente são atravessadas por tradições culturais mais rígidas e pela influência de estruturas patriarcais fortemente arraigadas, o que intensifica as demandas por conformidade a modelos normativos de feminilidade.

A feminilidade normativa, como descreve Judith Butler (2018), é performada por meio da repetição de comportamentos e valores que são socialmente aceitos e esperados para o que significa "ser mulher". Essas normas são reforçadas desde a infância, por meio da educação familiar e escolar, e moldam o modo como as mulheres se veem e se comportam em sociedade. No contexto rural, essa repetição muitas vezes ganha contornos mais fortes, já que a proximidade com a família extensa e a menor circulação de ideias progressistas podem dificultar a contestação dessas normas.

Para as mulheres do campo, a feminilidade normativa está, frequentemente, ligada a ideais de recato, trabalho doméstico e submissão às figuras masculinas, como o pai, o marido ou outros líderes comunitários. A expectativa de que elas sejam cuidadoras, mães e mantenedoras do lar costuma ser ainda mais reforçada pela lógica econômica e social do campo, onde o trabalho agrícola e a organização familiar são tradicionalmente organizados a partir de papéis rígidos de gênero. Muitas vezes, são relegadas a tarefas invisibilizadas ou subvalorizadas, tanto no trabalho agrícola quanto no cuidado doméstico, e têm pouca ou nenhuma autonomia sobre suas escolhas. Assim, a feminilidade normativa para essas mulheres é também uma forma de controle econômico e social, que limita suas possibilidades de emancipação.

Além disso, em espaços rurais, onde as tradições costumam ter grande peso e há uma forte vigilância social, a vivência de outras expressões de gênero e sexualidade pode ser ainda mais marginalizada. O controle sobre a feminilidade e a heteronormatividade é muitas vezes intensificado pela ausência de redes de apoio ou espaços seguros onde as mulheres possam desafiar essas normas sem enfrentar repercussões sociais severas. A manutenção de uma feminilidade que se alinha aos

padrões patriarcais serve como um pilar central para preservar as estruturas tradicionais de poder e autoridade nessas comunidades.

No entanto, as narrativas de mulheres do interior e do campo também revelam importantes formas de resistência. A teoria de Paul Preciado (2018), que discute como o gênero é uma tecnologia política e uma prótese, sugere que o controle sobre a feminilidade não se dá apenas por imposição explícita, mas também por meio de mecanismos que operam em nível mais profundo, moldando o desejo e a subjetividade. Para essas mulheres, desafiar a feminilidade normativa muitas vezes implica resistir tanto a essas pressões familiares e comunitárias quanto às tecnologias biopolíticas que naturalizam certos comportamentos.

Apesar do controle rígido sobre seus corpos e expressões de gênero, muitas mulheres do campo encontram formas de subversão, mesmo que de maneira sutil. Seja ao adotar práticas de cuidado e trabalho que fogem aos padrões esperados, seja ao desenvolver redes de solidariedade feminina em suas comunidades, essas mulheres mostram que, mesmo em ambientes de forte normatização, há espaço para resistências cotidianas e práticas de autonomia. A criação de movimentos feministas camponeses e populares, por exemplo, é uma manifestação concreta dessa resistência, ao lutarem por direitos, reconhecimento e autonomia sobre suas vidas e corpos.

Essas experiências desafiam a ideia de que a feminilidade normativa é inquestionável ou imutável no campo. Embora o controle sobre as mulheres seja particularmente forte nessas regiões, as dinâmicas de resistência e subversão mostram que as normas de gênero estão sempre em disputa. Como aponta Butler, a performatividade do gênero abre brechas para a subversão das normas, mesmo em contextos onde a vigilância e o controle social são intensos.

Em suma, a feminilidade normativa de gênero, no contexto das mulheres do interior e do campo, é um dispositivo poderoso de controle que se entrelaça com as estruturas patriarcais e econômicas locais. No entanto, as experiências dessas mulheres revelam que, apesar das tentativas de disciplinamento, há espaços para resistência e subversão, mostrando que a performatividade do gênero nunca é completamente estável ou fixa. Essas resistências, por vezes sutis, são fundamentais para dismantlar as expectativas rígidas de feminilidade e criar novas possibilidades de vida para as mulheres do campo.

5. Considerações Finais

Este artigo buscou resgatar e analisar as memórias de infância de mulheres que vivenciaram a ditadura militar, com foco na pedagogização dos corpos e nas normas de gênero e sexualidade impostas pelo regime. A partir das teorias de Guacira Lopes Louro sobre a pedagogização dos corpos, de Judith Butler sobre o enquadramento de gênero, de Flávia Biroli sobre familismo e de Paulo Freire sobre a educação libertadora, foi possível construir uma análise crítica dos mecanismos de controle que disciplinavam as mulheres, desde a infância, para conformá-las à feminilidade normativa e à cisheteronormatividade.

As memórias analisadas revelam a profundidade desses dispositivos de controle, que operavam tanto no espaço público, como a escola, quanto no privado, como a família. No entanto, essas narrativas também apontam para momentos de resistência, nos quais as mulheres encontraram formas de subverter as normas impostas, desafiando as expectativas de gênero e criando novos espaços de autonomia. Assim, o resgate dessas memórias não é apenas um exercício de recuperação histórica, mas também um ato de resistência e crítica aos dispositivos de poder que ainda moldam as vidas e os corpos femininos na contemporaneidade.

Ao integrar essas reflexões aos campos da educação e da psicologia, o artigo propõe uma revisão crítica das práticas pedagógicas e institucionais que perpetuam normas de gênero e sexualidade excludentes. A partir das perspectivas decoloniais e interseccionais, é possível enxergar a complexidade das experiências vividas por essas mulheres, que foram marcadas por múltiplas formas de opressão, mas também por agências e resistências. Nesse sentido, o estudo contribui para um debate mais amplo sobre a necessidade de uma educação e uma psicologia comprometidas com a emancipação, a crítica ao familismo e o reconhecimento das subjetividades plurais.

6. Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. The University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1, n. 8, p. 139-167, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer: imagens da memória, ética e temporalidade no século XX*. São Paulo: Ed. 34, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero e sexualidade: uma reflexão sobre a pedagogia cultural*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. 1. ed. 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LUGONES, Maria. *Colonialidade e gênero*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 42, p. 121-154, 2014.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.